

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE-CIB-CE
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES
E DIREITOS HUMANOS

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES
BIPARTITE CIB-CE, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2020 (LAVRADA
SOB FORMA SUMÁRIA DE ACORDO COM O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º
DA LEI Nº 6.404/76)

Aos vinte e quatro dias de abril do ano dois mil e vinte, às 14:00 horas através de vídeo conferência pelo aplicativo zoom realizou-se a 4ª Reunião Ordinária da CIB-CE para a qual todos os membros foram devidamente convocados com a seguinte pauta:1-Apreciação e aprovação da pauta;2-Apreciação e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária da CIB-CE 3-Pactuação da portaria de cofinanciamento por bloco ;4-Apresentação e Pactuação do Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente 2020/2023; 5-Informes . Sob a coordenação do secretário Francisco Ibiapina foi iniciada a 4ªreunião ordinária da CIB-CE através de videoconferência no aplicativo Zoom participaram da reunião os seguintes membros titulares e suplentes; Monica Regina Gondim Feitoza-Titular; Célia Maria de Sousa Melo Lima-titular; Silvana de Matos Brito Simões-titular; Marcia Maria Medeiros Dutra- suplente; José Arimatéia de Oliveira-suplente; Vanda Anselmo Braga dos Santos –titular; Glauciane de Oliveira Viana - titular; Célia Leite Carvalho- suplente; Lêda de Castro- Márcio Damasceno – Francisca Mary – Ana Geórgia- Elba Carneiro Falcão de Almeida-Secretária Técnica da CIB. Com o quórum mínimo verificado, foi dado início a reunião. Lêda iniciou sua fala relatando sua preocupação em relação o que foi exposto pela profissional sobre as visitas técnicas, criando assim uma certa tensão em relação as profissionais estarem se expondo, não podendo responsabilizar-se pois no município existe uma norma de visitas que serão realizadas somente em casos excepcionais. Sabemos que as famílias estão recebendo as cestas básicas, os links de informações estão sendo repassados aos profissionais e as cartilhas estão sendo entregues. Ressaltando a importância de um diálogo do Estado com os supervisores dos municípios e a gestão em relação ao trabalho que irão realizar. Silvana Simões relatou que nenhuma orientação foi enviada para que houvesse o retorno das visitas, somos sabedores do decreto do Governo. Informando que no dia 22 do mês em curso foi publicada uma Portaria e que publicou na CIB. Relatou a importância de descobrir a pessoa responsável por dar essas informações, pois conforme orientações repassadas é que os 184 municípios realizem suas atividades agendadas de forma remota

conforme orientações dadas através das portarias. Vanda Anselmo sentiu-se contemplada com a fala da lêda, relatou sua preocupação em não termos uma coordenação nacional no qual precisamos que o Estado se disponha a colaborar e contribuir com os municípios. Solicitou um esclarecimento em relação o que foi exposto na reunião do Caocidadania que Glauciane e lêda foram convocadas. Relatando assim não ter o conhecimento da reunião. Glauciane submeteu sua fala relatando que recebeu um convite do Caocidadania na pessoa do Dr.Hugo Magalhães nominal a secretária de Maracanaú convocando para a reunião os municípios com população Indígena. Socializou no grupo do Coegemas ficando surpresa não ter sido convidado a participar da reunião, porém informaram que estavam sendo convidados só a Funai e os municípios que possuem territórios indígenas. Observou que na reunião foi possível verificar várias secretarias expondo seus trabalhos, dando assim os exemplos da Secretaria da saúde, Funai, Proteção Social, Segurança Alimentar más faltou a visão de uma coordenação colocando-se como representante do município e do colegiado para poder socializar, pois existem questões que ultrapassam a segurança alimentar e muito mais a Assistência Social na qual não foi visibilizada. Ressaltou o envio de um vídeo mas não conseguiu visualizar quais os municípios participantes da reunião. Caocidadania realizou essa reunião para ser tratado o Plano de contingência que o Estado precisa elaborar um documento para secretaria de saúde citando a assistência social. Finalizou sua fala relatando que a reunião foi específica sobre as cestas básicas e benefícios importantes para a população indígena. Vanda Anselmo contextualizou sua posição em relação a tudo que foi relatado pela lêda, em relação aos trabalhos que irão desenvolver-se nos municípios pelo Suas. Relatou como cada município estar desenvolvendo seus trabalhos e quais as dificuldades que cada um estar enfrentando em diversas dimensões porque as ações não estão sendo coordenadas e nem horizontalizadas, estão todas verticalizadas, relatou na reunião que participou com o TCE e a APRECE observou que quando se fala em relação a Assistência Social se torna muito reduzida. Precisamos definir com urgência como iremos desenvolver nossos trabalhos se o ministério vai liberar com a rede aberta só trabalho remoto, não estamos podendo realizar visitas. Mônica Gondim fez uma reflexão de tudo que foi relatado até o presente momento da reunião. Percebendo que as políticas públicas começaram a perceber que a Assistência Social é a porta da vulnerabilidade. Relatando a dificuldade que o Estado e os municípios estão tendo em acompanhar todas as demandas. As articulações deliberadas da Caocidadania, Caopiye ,Centro de apoio operacional das promotorias estão sendo enviadas para a Assistência Social ,são coisas inerentes para nós do Estado, deixando uma pressão muito grande do processo para os municípios, não temos uma secretaria nacional, um

ministério nacional, existindo uma grande dificuldade em exercitar as demandas pontuais. Informou que os promotores fizeram um grupo e cada um tem suas recomendações o estado e municípios precisam obedecer. Sabemos a existência da nossa própria instância, mas precisamos criar um grupo pautar, conversar como iremos realizar nossas atividades. Vanda Anselmo solicitou um esclarecimento em relação as crianças ficarem no poder dos cuidadores ,o Juiz vai autorizar, os municípios irão realizar essas demandas e qual vai ser a logística de locomoção dessas crianças. Mônica Gondim ressaltou sua preocupação em relação as alternativas criadas, em conversa com a Dr^a Elisabeth foi indagado essa questão em relação as crianças no qual nem mesmo o poder judiciário pode explicar. Em conversa com a Dr^a Antônia a mesma informou está achando um absurdo as soluções que estão tomando em relação ao cumprimento de medidas sócio educativas. Não temos uma coordenação nacional , fomos surpreendidos com o sócio educativo no qual o SEAS acredita ser viável mandar os adolescentes cumprirem a medida em casa . Iremos realizar uma reunião na secretaria para tratar desse assunto pois sabemos que não pode existir nenhum vínculo de apadrinhamento do educador com as crianças. O Estado precisa fortalecer junto aos municípios pois teremos um trabalho muito grande enquanto SUAS. Márcia Dutra compartilhou seu sentimento de angústia em relação a tudo que estar vivendo hoje dentro da política de assistência social no qual se identifica a importância do contato com a população, pela capilaridade ,porém por outro lado há uma negação da politica social como politica de assistência social ,pois as ações estão vindo por fora do SUAS e enquanto deveríamos está fortalecendo as coisas dentro do sistema, estamos trabalhando com programas e projetos fora, muito embora entendendo que é no âmbito local. A assistência social precisa cada vez mais estar perto da população levando alguma coisa mais além de todas as demandas que hoje recebemos e que em meio uma pandemia conseguiremos realizar com muito respeito pela regulamentação que entra na Proteção Social Básica. Relatou que o Estado tem um processo importante encaminhado de fortalecimento do SUAS porém sentimos as dificuldades enfrentadas pelos municípios em relação as demandas da população e todos os programas que estão acontecendo com os Cras sem condições de trabalharem presencialmente e remotamente alguns possuem algumas dificuldades. Sabemos que é nos Cras o ponto existente mais próximo da população e que precisa ser valorizado e por isso precisamos unir nossas forças com os municípios para enfrentarmos todos os desafios com muita resiliência. Em relação a construção de um grupo para o comitê de crise da pandemia acreditamos que dentro da CIB é um momento oportuno e adequado para pensarmos em todas essas questões do que esta acontecendo ao mesmo tempo e junto fortalecermos. Célia Melo ressaltou o momento que estamos vivendo, na

área da assistência social não temos nenhuma experiência de ações em relação ao estado de calamidade pública onde existe o isolamento social, na verdade para a assistência social o isolamento social sempre foi um fator de risco más que hoje estar sendo um fator de proteção social que iremos trabalhar na prevenção e pela segurança do convívio familiar e comunitário da população que no momento exigem respostas rápidas do Estado e municípios. Dando continuidade em relação aos cuidados que a assistência social precisa ter nesse momento de transição porque temos nossas atividades e atendimentos em períodos normais, ter criatividade pois estamos recebendo demandas de outras políticas e temos que realizar. Conforme relatos feitos pela Lêda e Silvana Simões, estamos reforçando nas reuniões remotas, que os planos de contingências sejam elaborados nas três esferas de governo os entes federais precisam elaborar para que os outros órgãos sobre tudo o Sistema Único de Justiça não interceda no nosso trabalho. Solicitou aos municípios a elaboração dos Planos de contingência com base nas normativas internacionais, nacionais conforme a realidade e o potencial que cada município tem para ofertar seus serviços de forma segura sem colocar em risco a saúde dos usuários e trabalhadores socializando com a população em geral e os órgãos e sistema de justiça. No SUAS temos nosso campo de oferta de serviços, programas, benefícios no momento é necessário para garantir a renda uma das garantias de sobrevivência onde inclui os benefícios eventuais. Célia Melo relatou que participou de uma reunião do FONSEAS e que a proposta do secretário Ibiapina solicitou foi a criação de um comitê menor da assistência social para trabalharmos essas questões da assistência nesse momento de pandemia. Célia Melo embasou sua fala em relação a importância da criação de um comitê menor na área da assistência social sugerindo que a CIB pudesse ser esse comitê menor para subsidiar o comitê maior existente no Estado do Ceará. Saliou a importância do Plano de contingência, considerando a assistência social com serviços essenciais não podendo paralisar o funcionamento, e ações inter setoriais com suas atividades que cada município trabalhe de acordo com suas respectivas realidades e potencialidades na oferta dos serviços principalmente em relação a saúde do trabalhador. Célia Melo contextualizou sua fala em relação ao diagnóstico do Ceará sobre as demandas reprimidas do BPC e o Auxílio Emergencial, para os usuários do CADÚNICO e os beneficiários do Bolsa Família no qual já está sendo concluída com os trabalhadores da assistência social. Célia Melo concluiu sua fala relatando a preocupação existente na gestão em relação ao acompanhamento diários das atividades desenvolvidas na assistência social pelo Suas conforme solicitação do secretário Ibiapina enviamos semanalmente os relatórios das atividades planejadas e realizadas da assistência. Paulo Pimenta iniciou sua fala ressaltando a angústia e a dificuldade que os

trabalhadores dos municípios estão passando, porque todos os dias estão recebendo informações diferentes, relatando a responsabilidade e o interesse que todos possuem em desenvolverem suas atividades. Acreditando que a CIB e o Coegemas –Ce possam desenvolver informações para a construção de um trabalho eficaz. Relatou a importância da assistência social nesse momento, precisamos elaborar um documento com várias representações e enviarmos aos municípios com mais diretrizes. Solicitou as pessoas que ao participarem de outras reuniões escolham assuntos relacionados a CIB trazendo propostas a serem estudadas por todos e principalmente em relação aos documentos aprovados para socializarmos com os municípios. Paulo Pimenta relatou que o Ministério Público recebeu a assistência social em momento de eleição porém estamos realizando atividades públicas de política da assistência social, no momento estamos com a Covid-19 e a assistência está sendo responsável por vários benefícios no qual estamos realizando a distribuição em todos os municípios. Agradeceu a todos ressaltando seu pedido em relação ao desenvolvimento dos documentos para que sejam conjuntos de forma minimizados e enviados para os municípios. Glauciane submeteu sua fala dizendo está contemplada com tudo que foi relatado na reunião, mas que gostaria de saber quem é o representante da SPS no atual comitê de crise da pandemia, pois existem uma certa resistência em relação as pessoas ouvirem os municípios. Quanto as demandas enviadas pelo governador do Estado para os municípios precisamos ter todo um cuidado de integração, ação e atitudes na execução das atividades. Glauciane perguntou sobre a articulação feita pela SPS no nível de participação estadual com a secretaria de saúde, relatando a existência de uma nota técnica que nela contém um item relacionado a assistência social no qual não foi visualizado nenhum diálogo a nível estadual, existindo assim uma preocupação muito grande dos municípios. Em relação ao Plano de Contingência estamos realizando, mas existem situações em que o Ministério Público exigem que façamos visitas técnicas no qual nesse momento estamos impossibilitados de realizar ficando inviável o envio dos relatórios para o Ministério Público. Lêda de Castro relatou que os planos de contingências não são fixos e vão se adequando conforme as orientações repassadas do governo do estado, começamos com uma central de atendimento, verificamos que precisamos descentralizar conforme as demandas enviadas. Socializou com todos a criação do comitê de crise ampliando com assessores fundamentais da assistência social pois toda política de assistência social da pandemia no Ceará não estar sendo pactuada na CIB, acreditamos que esteja sendo discutida na SPS pois existe a articulação com a Dr^a Socorro França no assento geral do comitê. As articulações estão sendo verticalizadas no qual precisamos negociar com os Prefeitos, no desenvolvimento dentro do nosso polo onde existem

todos os cadastros. Iêda de Castro relatou a importância da criação do comitê porque é preciso discutir estratégias a serem desenvolvidas pelo SUAS que após a pandemia temos que recuperar nosso trabalho pois sabemos que hoje não é somente os benefícios eventuais e sim poderão existir outras demandas a serem trabalhadas. Finalizou sua fala ressaltando a importância do Plano de contingência e a criação do comitê de crise que poderá contar com a participação de todas as secretarias da SPS para que juntas encontrem soluções adequadas desse momento que estamos passando. Célia Melo contextualizou que as orientações dadas sobre o Plano de contingência é flexível e precisa ser revisado, avaliado anualmente e seja desdobrado em plano semanal como todo plano da assistência social pois o momento é de muita preocupação estamos vivendo um estado de calamidade pública na saúde no qual precisamos avaliar diariamente ou semanalmente nossos planejamentos. Célia Melo relatou a quantidade de municípios existentes com casos diagnosticados da Covid-19 no qual está acompanhando diariamente, podendo socializar a listagem da lista de espera do BPC, do Auxílio emergencial, das famílias do Bolsa família. Estamos na vigilância social do estado e estamos com dificuldades de ter acesso aos dados da população de rua. O Suas estar orientando os municípios em relação as ações Inter setoriais com a saúde que é essencial SUS e Suas estarem juntos no desenvolvimento dessas atividades. Quanto à posição do Sistema de justiça não respeitar muito as nossas decisões, temos esse planejamento enquanto política de assistência social que é essencial e os municípios estão ofertando seus serviços de acordo com a realidade e o potencial de cada um por isso precisa possuir seu planejamento individualizado. Verificamos nas reuniões as excelentes criatividadees que os municípios estão realizando com as visitas remotas nos domicílios. Célia Melo relatou sua participação no grupo da região nordeste e pode observar que alguns Estados estão utilizando a CIB na construção de um comitê menor para juntos com gestores de outros órgãos possam dialogar e subsidiar estratégias na política assistência social que é essencial. Coordenador da reunião secretário Ibiapina passou a palavra para o Arimateia. Arimateia iniciou sua fala relatando as dificuldades que os municípios estão passando em relação às orientações dos diversos encaminhamentos e direcionamentos que estão chegando todos os dias nos municípios. Em relação a distribuição do vale gás indagou se serão 250 mil famílias contempladas em um só mês ou 250 mil famílias distribuídas durante os três meses. Os municípios ficarão responsáveis em ofertar o perfil das famílias que irão ser contempladas pelos dados existentes nos sistemas. Relatou que os municípios estão aguardando a listagem dos beneficiários que irão receber o vale gás, todos os dias as famílias procuram os equipamentos ou ligam para nossa central de atendimento e como não temos um informação concreta, aconselhamos que entrem em contato

com a ouvidoria do estado do Ceará. Sabemos a importância da participação dos municípios na criação do comitê de crise nessa pandemia para que possamos articular com o governo do estado diretrizes das ações construídas para a população cearense. Arimateia esboçou sua preocupação em relação o cofinanciamento e os benefícios eventuais mesmo com o demonstrativo financeiro os municípios não conseguiram avançar na ampliação dos benefícios. Dando continuidade sua fala referente a situação dos municípios relatou a ampliação do BE porque precisamos nos estados e municípios alcançar metas dentro do plano de ação dos benefícios eventuais. Sugeriu a realização de um estudo nas portarias no qual precisamos anexar um capítulo relacionado ao cofinanciamento de como ele ficará no processo de transição e de como ficarão as estruturas dos blocos e o financiamento para o SUAS no estado do Ceará, precisamos nos preocupar com o pós pandemia no sentido de realizarmos alguns estudos de contribuições para abranger nessas portarias. Arimateia relatou estar aguardando um termo de aceite que seria enviado pela Mariana mas que ainda não foi pactuado e nem deliberado no CNAS existindo uma preocupação como vai ser essa distribuição. A maioria dos municípios não possuem recursos suficientes e estão realizando suas atividades dentro dos seus respectivos recursos já reprogramados. Arimateia indagou se o Estado tem dinheiro em conta e irá transferir para os municípios. Célia Melo sintetizou sua fala em relação a indagação feita pelo Arimateia sobre os recursos do governo, se for federal, porque do estado não pode ser transferir para o município. Arimateia relatou que dentro da tradução da Lei é permissível essa atribuição de transferência do estado para o município que nesse momento atípico de pandemia precisamos encontrar estratégias, alternativas que sejam evolutivas e praticas. Mônica Gondim propôs que o grupo a ser criado não seja muito grande, pela existência de muitas demandas a serem deliberadas de forma rápida e objetiva, seguindo os regimentos. Relatou que o próprio SUS está realizando atividades com os hospitais de campanha no qual somente pessoas infectadas com o vírus da covid-19 poderão adentrar. Será preciso priorizar as formas de atendimento criando planos de contingência para juntas caminharmos nessa pandemia com muita resiliência. Mônica Gondim deu continuidade sua fala relatando o plano de ação a ser pactuado poderá sofrer mudanças em períodos curtos e na Proteção Social Básica precisamos verificar em quais áreas e territórios do estado do Ceará os trabalhos vão acontecer de formas remotas e para isso precisamos de um norte. Em relação ao funcionamento dos Creas só irão funcionar remotamente meio expediente e teremos um telefone de contato para a população acione o serviço. Quanto ao envio do vale gás feito pelo governador podemos começar a nos comunicar porque irão surgir outras Leis e quando recebermos algo do ministério público que não seja das nossas

demandas poderemos informar que já temos as nossas instâncias e iremos realizar. Relatou que no grupo menor seja envolvidos representantes da SPS, do PPCAAM, Cadastro Único e que o conselho das pessoas com deficiência está solicitando a relação de dados da população na realização de suas ações. Dando continuidade secretário Ibiapina passou a fala para Vanda Anselmo. Vanda Anselmo submeteu sua fala relatando ter recebido uma proposta da comissão de orçamento e financiamento, mas que estão estudando as estruturas a serem levadas como ponto de pauta para a reunião do conselho nacional. Ressaltou em relação a distribuição dos 2,5 bilhões se vai recompor o orçamento e de que forma vai se dar essa distribuição nos municípios Brasileiros priorizando inclusive o atendimento a população de rua e as grandes metrópoles, informou que 90% dos municípios Brasileiros são de pequeno porte I e II qual o aporte destinado aos municípios e quais as perspectivas da utilização dos recursos. Em relação ao PL Vanda entrou em contato com a Andrea e o Presidente do Congemas José Cruz na conversa o presidente reportou-se aos saldos das contas antigas que ainda não migrarão, mas na Lei do PL relata os recursos do final do ano de 2019 que entraram basicamente o ano todo de 2018 e 2019. Vanda Anselmo informou que os municípios já estão com seus recursos reprogramados e estão com a responsabilidade de repassarem. Salientou a possibilidade dos municípios repassarem esses recursos para proteção básica ou especial existindo uma flexibilidade de utilização nos blocos especificamente nas ações da pandemia. O BE estadual é um recurso insuficiente impossibilitando aos municípios uma flexibilidade em relação ao cumprimento das ações dos nossos serviços, várias vezes precisamos reportar aos nossos parlamentares da Assembleia Legislativa e do congresso. Vanda Anselmo ressaltou o momento da pandemia vivido por todos e que gestores das diversas áreas estão utilizando seus recursos da melhor forma possível, os municípios já possuem suas especificidades, existe um déficit muito grande de orçamento e financiamento. Vanda Anselmo relatou o momento da pandemia ser muito difícil e triste para todos, porém podemos nos fortalecer em âmbito nacional na qualificação dos nossos serviços mobilizando com o secretário Ibiapina e Dr^a Socorro França apresentando propostas plausíveis de ações da assistência social melhorando nossa condição no sistema. Paulo Pimenta informou que no momento o recurso do PL será inviável pois já estamos no mês de abril do ano 2020 e que o saldo do dia 31/12/19 seria de 90 milhões uma parte foi utilizada nas ações da PSB no Estado e município e hoje temos 60 milhões. Em relação ao projeto de lei que estar sendo desenvolvido não irá favorecer a assistência social, no ponto de vista operacional é inviável acreditando nas dificuldades que os municípios vão passar até conhecer o projeto. Secretário Ibiapina dando continuidade a reunião, agradeceu ao Paulo Pimenta, reforçou seu

conhecimento em relação as muitas demandas que o Estado recebe, diversas vezes a própria secretaria da proteção social recebe uma demanda com um pacote pronto, muitas delas já estão verticalizadas. Relatou que a Dr^a Socorro França faz parte do comitê de enfrentamento da crise da Covid-19 juntamente com o Ministério Público, Sistema de Justiça, Defensoria Pública e Aprece, nesse momento poderíamos realizar uma articulação mais ampla no comitê de enfrentamento de crise da Covid-19 possamos falar em defesa da assistência social naquilo que estamos trabalhando de maneira sistematizada, não buscando ações pontuais que no momento não fosse possível dar continuidade. Iêda indagou ao secretário a possibilidade do estado ter acesso a listagem dos beneficiários do cadastro único que não é do bolsa família mas que recebeu o auxílio emergencial. Ibiapina relatou a importância do estado ter acesso a essa listagem na realização do cruzamento das informações e saber quem será o beneficiário do auxílio emergencial. Iêda solicitou a Márcia Dutra a relação das famílias beneficiadas do CadÚnico para que seja criada outras alternativas de se trabalhar as cestas básicas. Márcia Dutra salientou que irá verificar com o Ministério Público essa possibilidade, porque as vezes os municípios conseguem ter o acesso a listagem o estado não. Arimateia ressaltou a importância dos municípios receberem essas listagens na realização do cruzamento das informações na identificação das famílias beneficiadas. Dando continuidade a reunião Márcia Dutra relatou que a caixa econômica é que está absolvendo os cadastros e incluindo outros através do novo sistema, mas ainda existem cadastros para ser analisado, não podemos ter acesso no sistema da caixa econômica porque é fechado, a SPS tentará uma negociação. Ibiapina socializou em relação aos encaminhamentos; A constituição do comitê de crise com os membros da CIB e outros representantes como a secretaria da saúde e outras representações, em relação a pauta da reunião retornaremos com a Portaria do cofinanciamento na próxima reunião, indagando Célia Melo se o plano pode ser considerado apresentado. Célia Melo; submeteu sua fala relatando que os planos já foram encaminhados para todos os componentes analisarem e pactuarem na próxima reunião, serão para 4 anos de 2020 a 2023, o Nuep já enviou o parecer favorável, veio para a CIB e depois irá para o Ceas o plano de apoio técnico de educação permanente que anualmente tem o plano de ação. Acrescentou que as informações do PL foram aprovadas por unanimidade pela Câmara dos Deputados, irá para Casa Civil e Senado. Sabemos que não somente no estado do Ceará e sim no Brasil inteiro as exigências do pronunciamento da União nesse momento junto ao estado e município em relação ao PL. O PL veio para atender as demandas dos municípios a exemplo da saúde até dezembro os municípios possam utilizar os recursos nos empasses da Covid-19, Célia Melo considerando que o PL ainda não é Lei, o mesmo será enviado para o Senado. Em defesa dos 2,5

milhões de recursos da assistência social seja utilizado dentro do sistema, flexibilizando nas ações e necessidades de cada município. Considerando os objetivos do Loas através do Artigo 12 os municípios poderão reprogramar, ampliar o investimento nas ações com benefícios eventuais na assistência social nesse momento de pandemia. Em relação ao plano de contingência do estado foi copilado, revisado, enviado para futuras revisões de acordo com a realidade que está sendo vivenciada, na gestão do Suas passou por três revisões o plano do estado foi transformado em um respeitando o envio de cada área. Vanda Anselmo solicitou os informes sobre as demandas do programa Primeira infância, devido a procura dos municípios. Dando continuidade a reunião secretário passou a palavra para Silvana Simões. Silvana Simões informou que esteve presente na reunião com a Secretaria Nacional na complementação da portaria 1366, e na 07 podendo ser observada a aproximação da secretaria nacional que coordena o programa com a secretaria nacional da assistência social, sentimos uma positividade. Ressaltou que as visitas do programa criança feliz foram realizadas feitas virtualmente, já podem ser anexadas na aba do prontuário Suas eletrônico e que nenhum município terá prejuízos nos recursos. A portaria que regula o programa é a 2496 os municípios que estiverem com as equipes completas irão receber recurso. No estado do Ceará existem 184 municípios e 182 estão na fase 2 esses irão receber 60% da parte da equipe completa, os outros 40% se tiverem realizadas as visitas presenciais e virtuais. No mês de março até o dia 20/03 muitos municípios realizaram visitas presenciais, ficando dois municípios São João do Jaguaribe e Senador Pompeu que irão receber pela fase 1, 80% se tiverem realizado as visitas presenciais, e na realização das visitas virtuais irão receber mais 20%. Silvana Simões encerrou sua fala relatando que na próxima segunda feira vai ser apresentada em conjunto com a assistência social uma nota técnica relacionada as visitas virtuais. Secretário Ibiapina relatou o grande encaminhamento retirado dessa reunião da CIB que será a criação do comitê de crise para o enfrentamento da pandemia, juntamente com outros parceiros inter setoriais, em outra oportunidade conversou com a Vanda e Arimateia a possibilidade da utilização dos saldos existentes nas contas do Estado, ressaltando alguns estados pactuando essa utilização na CIB. Ibiapina passou a palavra ao Paulo Pimenta. Paulo Pimenta solicitou o saldo das contas dos 184 municípios e em dois dias 132 atenderam, porém existem alguns que estão em execução normais. Existem 68 municípios que o saldo das contas é acima de Dez mil reais, somando todos eles dará um total de Cinco milhões quatrocentos e setenta mil reais, precisando ser revisto a utilização desses valores. Solicitando o registro em Ata sobre o último levantamento que faz, porque faltam vários municípios enviarem seus saldos para que possamos ajudá-los de forma adequada, conhecemos

nossa responsabilidade, podemos socializar e analisar com a CIB, uma melhor forma de orientar os secretários dos municípios na realização de suas ações. Márcia Dutra, indagou se os municípios estão com os recursos reprogramados. Paulo Pimenta relatou que todos os recursos são pacíficos de reprogramação ,e que apresentou de forma soberana possa ser conversado. Vanda Anselmo com relação a aproximação da SPS com o Sistema de Justiça é viável que seja enviado um documento ,uma nota técnica aos municípios expondo os motivos com relação ao funcionamento e o que estamos realizando rede Suas, para que nenhum município não realizem suas demandas de forma equivocada. Em relação a utilização dos recursos na manutenção do sistema de uma rede ,como justifica 68 município ter um cinco milhões em conta, e não tem uma estrutura para executar serviço, temos uma preocupação em relação a utilização desses recursos, não podem ser transformados somente em benefício eventual. Vanda Anselmo finalizou sua fala agradecendo a lêda pela ajuda com as experiências compartilhadas na realização do plano feito através do sistema eletrônico, todo o questionário do CNAS com o BE no plano de contingência, das experiências trocadas. Agradeceu a Glauciane pela sua disponibilidade na realização do curso a distância feito no Inap e a gestão do trabalho encaminhando para os profissionais. Acrescentou dizendo que precisamos dialogar melhor com as equipes para obtermos êxito nos trabalhos pós pandemia e fazermos o diferencial. Secretário Ibiapina agradeceu a Vanda, passando para Mônica Gondim. Mônica Gondim submeteu sua fala enfatizando a urgência em relação a elaboração da Nota Técnica, sobre as orientações dos serviços na gestão do Suas , sejam levadas para socializarmos e orientarmos aos municípios. Arimateia, salientou ser pertinente ao exposto pelo Paulo Pimenta, precisamos perceber a legislação na utilização dos recursos do Fecop, que é transferido para o Feas e o Feas transfere para o SNAS dos municípios enquanto gestores estaremos na base legal porque o recurso é específico. Célia Melo complementou dizendo que a fala da Vanda foi plausiva em relação a utilização dos recursos, serviços e benefícios, que só a CIB e o Ceas não são suficientes na mudança de uma legislação . Informou o envio de uma Lei do fundo de assistência social que autoriza o cofinanciamento dos serviços e benefícios eventuais. Precisamos de uma Lei nacional para no investimento dos recursos da União. É importante que seja feita uma nota técnica mais objetiva, a gestão do Suas está aguardando os planos de contingência de todos os programas e proteções sociais que cada área esteja aptas na orientações dos municípios. Em relação as reuniões remotas foram realizadas com as 6 regionais, faltaram 26 municípios , conseguimos alcançar 172 municípios, mas ficou faltando ainda 12 municípios responderem. A gestão do Suas estar entrando em contato com cada município realizando um atendimento individualizado. Célia Melo Encerrou e finalizou sua

participação na reunião. Nada mais havendo a tratar o coordenador agradeceu a participação de todos, declarando encerrada a reunião. Comissão Intergestores Bipartite-CIB/CE aos 24 dias de abril de dois mil e vinte.

Francisco Ibiapina
Coordenador da reunião

Mônica Regina Gondim Feitoza
Coordenadora da Proteção Social Especial

Célia Maria de Sousa Melo Lima
Coordenadora da Gestão do Suas

Silvana de Matos Brito Simões
Representante da SPS

Célia Leite Carvalho
Representante da SPS

José Arimateia de Oliveira
Representante de Aratuba

Glauciane de Oliveira Viana
Representante de Maracanaú

Vanda Anselmo Braga dos Santos
Representante de Russas

Elba Carneiro Falcão de Almeida
Secretaria Técnica da CIB-CE

Márcia Maria Medeiros Dutra
Representante da SPS

Márcio Damasceno

Iêda de Castro
Representante de São Benedito

Francisca Mary
Representante de Reriutaba

Ana Geórgia
Representante de Guaramiranga